

Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e oito de dezembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente proferiu o seguinte texto: Salmo 128/127: “Feliz quem teme ao Senhor e anda em seus caminhos! Você comerá do trabalho de suas próprias mãos, tranquilo e feliz. Sua esposa será como vinha fecunda, na intimidade do seu lar. Seus filhos, rebentos de oliveira, ao redor de sua mesa. Essa é a bênção para o homem que teme ao Senhor. Que o Senhor abençoe você desde Sião, e você veja a prosperidade de Jerusalém todos os dias de sua vida. Que você veja os filhos de seus filhos. Paz sobre Israel!” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela Sessão Extraordinária fora, previamente, convocada para deliberação de matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina foi apresentado Requerimento de preferência de votação para os seguintes projetos: Projeto de Lei, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, encaminhado através do Ofício DER n.º 094/2011 e Projeto de Lei, que institui o Programa de Adoção de Próprios Públicos e Espaços Verdes – PAPPE, estabelece seus objetivos, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER n.º 091/2011, do Executivo Municipal. Que eles fossem votados, nesta ordem, naquela sessão, antes dos Projetos de Leis Complementares n.º 018 e 019/2011; em discussão e votação foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: Primeiramente, foi

feita a leitura do Ofício DER nº 094/2011, do Executivo Municipal, encaminhando Projeto de Lei, que dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna; a seguir, O Sr. Presidente designou o Vereador Rubens das Virgens como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 051/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização para repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, do R.I.) Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, foi feita a leitura do Ofício DER nº 091/2011, do Executivo Municipal, encaminhando Projeto de Lei, que institui o Programa de Adoção de Próprios Públicos e Espaços Verdes – PAPPE, estabelece seus objetivos, e dá outras providências. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rainero Venturini como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial. A seguir, em Única Discussão foi apreciado Projeto de Lei nº 050/2011, do Executivo Municipal, que institui o Programa de Adoção de Próprios Públicos e Espaços Verdes – PAPPE, estabelece seus objetivos, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que aquele projeto era uma das coisas mais hilárias que ela já ouviu, e que dizia isto porque se alguém não entendeu, qualquer empresa poderia adotar, empresa ou pessoa física, uma praça, o Parque Linear, um Parque, poderia adotar o Estádio, poderia adotar uma praça, e a Prefeitura economizaria, porque esta empresa iria ter que cuidar; disse que queria saber se aquele dinheiro que seria economizado, iria para onde? E que via ali muitos funcionários da Prefeitura, concursados ou não, os quais aproveitava para parabenizar, e o que a preocupava era que a empresa não iria contratá-los para limpar ou para plantar, iria trazer os funcionários deles; disse que queria dizer e ela gostaria de entender, qual a urgência daquele projeto para vir naquele dia, (houve manifestações na assembleia), a Vereadora continuou dizendo que eles deixaram sucatear as praças públicas, que estavam sucateadas, não fizeram a cobertura dos parques, não fizeram a iluminação do Estádio, e agora, por meio desta lei, uma empresa vinha, assinava um convênio, ela fazia, ela colocava

uma plaquinha dela com o nome dela, e a Prefeitura iria economizar essa manutenção; disse que aquela lei existia em Campinas, mas existia com algumas e repetiu que existia com algumas diferenças, e que o projeto de lei que estava ali tinha quatro folhas, e que aquele mesmo projeto em Campinas tinha cento e vinte e duas; comentou dizer isso porque tinha empresas no Município, a Empresa do Lixo, a Pedreira, que já tinham obrigações no contrato para fazer isso, e essa lei isentava essas empresas de fazer isso; disse que o que ela estava entendendo, Fred, Fábio, Edison, era que ali se tratava de uma terceirização: “eu não consigo cuidar das praças, alguém que cuide, coloque um placa aí, e vai cuidar...”; disse que já terceirizaram o lixo; já terceirizaram o Raio X no Hospital, já terceirizaram a merenda dos funcionários públicos e das crianças, agora iriam terceirizar... disse que dali a pouco teriam que terceirizar a Prefeitura; (houve manifestações na assembleia); ela disse entender que o projeto da APAE era muito importante passar naquele dia para que os quase quarenta mil reais não fossem perdidos, mas que ela gostaria de entender, porque numa extraordinária que não estava programada, se colocava um projeto de lei desses, na calada da noite; disse que ela ficava preocupada, que dali a pouco iriam entrar em Jaguariúna, o Parque Linear iria ser uma empresa, a praça outra empresa, mas dizia-se de passagem que, muito tolos os que pensavam que aquela lei era para as praças, e que aquela lei era para o Estádio de Futebol, que já tinha uma multinacional que queria patrocinar o Estádio de Futebol, e como ela iria patrocinar, ela iria poder fazer o que ela quisesse, porque naquele projeto ali, não falava o tamanho da placa, e que em Campinas falava do tamanho da placa da empresa, então, queria dizer que uma empresa poderia colocar no Parque Linear uma placa de trinta metros por vinte, porque aquele projeto não especificava, e que ela tinha perguntado para o Líder do Governo, naquele momento, sobre aquele item, e ele disse que o Prefeito fazia um decreto; disse que era para fechar a Câmara, também, pois se ia ser tudo por decreto, fechasse; (houve manifestações na assembleia); disse, ainda, a todos de adotarem as praças, as praças iriam ter nomes, as empresas iriam poder fazer o que elas quisessem, o campo de futebol iria poder fazer o que ele quisesse, o Parque Linear... disse que se já estava tudo sucateado, era para arrumarem empresas para patrocinar; disse que uma coisa que a questionavam que a lei tinha um item bom, que não permitia bebida, nem cigarro, mas não falava nada de marca de camisinha, de motel, de nada, o resto podia, e que se estaria no Parque Linear e teria a propaganda “Use camisinha X”; disse que entendia e que votaria a favor desse projeto se lhe mostrasse onde a economia ia, onde a Secretaria de Obras e de Serviços Públicos, iria fazer com o dinheiro

que iria economizar, porque o pior, corriam o risco, disse ao Fábio e ao Fred, de se ter uma loja em frente de uma praça e um concorrente seu colocar uma placa em frente de sua loja. Disse que era um projeto que ela não entendia nem a emergência, nem a economia que tinha, nem o intuito, e que ela falava, que a empresa de lixo, que ganhou a licitação, chamada EPPO, ela já deveria fazer isso de graça pelo contrato, sem por a marca, e que eles estavam liberando aquela empresa, e outras empresas, a fazer propaganda grátis, e o projeto falava uma coisa muito engraçada, que a empresa seria obrigada a plantar sementes, como se não tivessem a Embrapa a dois quilômetros da Cidade; só um cidadão ligar na Embrapa, dizendo que queria dez sementes, viria um caminhão de sementes para plantar; exclamou que era tanta dificuldade para cuidar das praças! Disse que ela, lamentavelmente, achava que eles iam lotear de publicidade a Cidade, e que esta lei entristeceria até o Kassab, que ele falou que não se podia ter tantas marcas, (houve manifestações na assembleia); ela disse que era para todos se prepararem, pois iriam virar um outdoor ambulante, e que este projeto de lei visava o Estádio de Futebol da Cidade, que, hoje em dia, e vinha sendo uma briga sua naquela tribuna, foi construído com o dinheiro do povo, e quem usufruía era o time da Ponte Preta, que não dava contrapartida nenhuma, e quando algum time da Cidade queria jogar lá, tinha que implorar para jogar lá; disse que o que ela estava falando, era que eles tinham uma responsabilidade, e se colocava este projeto de lei num dia muito importante, independente de sim ou não, não ou sim, mas aquele projeto precisava de discussão, mas acontecia que naquele dia, disse ao Sr. Presidente, salvo Jesus Cristo descesse ali, eles seriam cinco a três a noite inteira, e que era um projeto que se aproveitou aquele momento, e iriam perder as praças, os parques, porque, como viam, ali, era permitida a adoção por pessoas físicas, e queria dizer que um candidato ou um pré candidato iria poder adotar e colocar o seu nome lá, e que iriam ter praça de tal, praça de tal, iria virar um circo; disse que seu voto era contra, não contra a idéia da parceria pública privada, e sim do jeito que estava sendo feito, porque esta Casa já viu histórias, porque se de uma contrapartida para uma pedreira, construir uma estrada de Carlos Gomes, e até aquele dia não foi construída, e perguntou quem lhe garantia que o cara iria colocar uma placa no Estádio, numa rua, e iria fazer esta manutenção que era do Parque; disse que para ela isso era dar mordomia para a Secretaria de Planejamento, mordomia para a Secretaria de Serviços Públicos, e mordomia para a Secretaria de Obras, porque nesta Cidade quem cuidava dos Parques era a Prefeitura, se alguma empresa quisesse, que depositasse uma grana na Prefeitura e patrocinasse a manutenção, mas terceirizar serviços públicos

nunca; desejou boa noite; houve manifestações na assembleia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rainero Venturini, e a população presente se manifestou, onde o Sr. Presidente solicitou silêncio da mesma; na tribuna, o Sr. Rainero Venturini cumprimentou a todos, dizendo à nobre Vereadora que até a firma dela poderia adotar uma praça, só que iria ter as normas (continuou a manifestação na assembleia), iria ter as normas, e que não era como ela falava, iria ter as normas, se ele não cuidasse, era tomada; havendo manifestações na assembleia, o Vereador pediu calma, e continuou dizendo que a Vereadora falou que a Secretaria de Obras estava sucateada, entre outras coisas, mas tinha sido o partido da Vereadora e ela que comandou a Secretaria de Obras no primeiro ano, (houve manifestações na assembleia); ele disse que o PCdoB destruiu a Secretaria de Obras, e disse que era para ela se defender, agora; (continuaram as manifestações na assembleia); pediu, novamente, a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse que era verdade, e talvez fosse, e perguntou se sabia por quê; e que ela estava falando que era verdade, e que talvez fosse porque tinha mais de cem notas da firma da mulher do Vereador e dele, de alugar seu munk; houve mais manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente solicitou, mais uma vez, ordem no recinto, e solicitou aos Srs. Vereadores que se focassem no projeto; pediu, novamente, a palavra o Sr. Rainero Venturini que cumprimentou a todos, dizendo à Vereadora que as notas que ela dizia que tinha, queria que ela lhe mostrasse; disse, ainda, que ela comprovava que o PCdoB esteve um ano na Secretaria de Obras, e diante de manifestação da Vereadora ele disse que queria que ela provasse, e a Vereadora se manifestou de seu lugar no Plenário, e o Vereador disse que estava bom e agradeceu; houve manifestação no Plenário; a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, o público presente, a Casa cheia, e que era sempre um prazer, mesmo numa sessão extraordinária, mas a Casa cheia a e a participação popular era muito importante; a seguir, comentou que, como a nobre Vereadora Karina tinha dito, e que ele só discordava de uma colocação, disse à nobre Vereadora e pediu desculpas por isso, até porque não era saber onde iria se economizar, mas sim onde já tinha sido gasto o dinheiro, porque a EPPO estava hoje, mas a GROSS já tinha a obrigação de manter, e não de deixar sucateada a Cidade do jeito que estava; (houve manifestações na assembleia com aplausos); disse que foi feita nova licitação, foi feito aditamento alto, e que hoje a licitação era de trinta e três milhões, e iriam ter que fazer uma empresa cuidar da Cidade, da entrada do Município, das praças, dos parques, perguntou indignado; construir os banheiros que estavam quebrados, que ali foram feitos? Proibir de jogar futebol num Estádio tão lindo,

feito com o suor do povo de Jaguariúna? Disse que isso era um absurdo, não podia deixar passar um projeto desse pela Câmara Municipal; (houve manifestações na assembleia); disse, ainda, que queria pedir o voto contrário, contrário, sim, porque também tinha sido aprovado na Casa, um orçamento de duzentos e trinta e cinco milhões, e que, também, não era por falta de orçamento, e que poderia ser por falta de qualquer outra coisa, de competência, do que quisesse, mas de orçamento não era não; houve manifestações na assembleia; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que, realmente, votar aquele projeto num momento como aquele não era cabível, era um projeto que demandava uma discussão maior, era atestar que a Prefeitura estava incapacitada de limpar os próprios públicos, e que achava que eles deveriam votar contra aquele projeto, e que tinham a oportunidade do Prefeito encaminhar, novamente no ano que viria, e discutir com um pouquinho mais de prazo, porque tinha certeza que os nobres Colegas não tinham lido a fundo aquele projeto; voltou a dizer que eles tinham uma empresa de lixo na Cidade que foi terceirizada, por três vezes o valor que eles pagavam, três vezes a mais, e que garantia e pediu para que perguntassem à população se ela estava contente com a coleta de lixo, no Município; houve manifestação na assembleia, com um grande não; sem contar, disse a toda população presente, que naquele ano que passou foi cobrado no IPTU a tarifa de lixo, que até então não era cobrada em Jaguariúna, e que a população estava pagando ainda mais por este serviço precário no Município; disse que admitir, agora, através de uma lei votada nas escuras, e que não eram só as praças públicas, e que ali estava falando que, além de praças, eram os próprios públicos, e que estavam falando de qualquer outro próprio, que era um prédio do Município, podia ser uma creche, uma escola, enfim, biblioteca o que fosse, e que achava que demandava um pouquinho mais de tempo de discutir isso e ver o que, realmente, era interessante para o Município; pediu aos nobres Pares que dessem um voto contrário àquele projeto, porque não era o momento deles discutirem isso, e que era atestar a incapacidade de manter a Cidade como era limpa, até então, continuar suja, e aí não tinha com quem cobrar, porque iria ser uma empresa que ia tomando conta, e aí iria chegar no Poder Público reclamando que a praça estava quebrada, e ele iria dizer para ir cobrar da empresa porque não se tinha nada, era a empresa que estava tomando conta; disse que isso era tirar a responsabilidade da Prefeitura e passar para uma empresa e depois cobrar sabia-se lá de quem, porque hoje, para se cobrar qualquer coisa do Município estava difícil saber com quem iria se cobrar, porque hoje em dia era tanta gente que trabalhava lá, que não se sabia nem

quem respondia pelos atos da Prefeitura; (houve manifestações na Assembleia); o Vereador continuou dizendo que podia dizer isso de peito aberto porque ele estava vendo um monte de gente ali, do qual o Município deu um ponto facultativo no dia seguinte, e que eram funcionários que deveriam estar em casa, descansando, e estavam ali, naquele dia, sendo obrigados porque foram obrigados pelo Prefeito Municipal a vir na Casa fazer coro, (houve manifestações na assembleia), e que podiam falar que não, não discutiram, e que os Vereadores discutiram por duas Audiências Públicas o Plano Diretor, e em nenhum momento ele tinha visto funcionário público na Casa; disse, então, que os funcionários deveriam ir para suas casas, descansassem, sem contar, que eram funcionários comissionados, e que estavam ali com o dinheiro do povo, vindo na Casa fazer coro numa votação como aquela; pediu que eles voltassem para casa, descansassem, (houve manifestações na assembleia); não se deixassem levar por pressões, ainda mais do Executivo, e que era para não terem medo de perder o emprego, e clamou pelo amor de Deus; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 050/2011, do Executivo Municipal, que institui o Programa de Adoção de Próprios Públicos e Espaços Verdes – PAPPE, estabelece seus objetivos, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por cinco votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; o Sr. Presidente solicitou ordem na Casa, para que os trabalhos pudessem transcorrer, senão ele seria obrigado a suspender a sessão, se continuasse daquela maneira, e pediu por favor, e continuava a manifestação na assembleia; a seguir, o Sr. Presidente levou ao conhecimento do Plenário, que tinha chegado na Casa às dezesseis horas e vinte, um requerimento que foi protocolado na Casa, o Abaixo Assinado, encabeçado pelo Sr. Gustavo Durlacher, brasileiro, casado, advogado, portador CPF nº 050. 245.348-67 e do R.G. nº 7.969.235-7 SSP/SP, residente e domiciliado à rua De Cara, 147, Jardim Zeni, neste Município de Jaguariúna, acompanhado por mais de oitocentas assinaturas, requerendo, entre outras coisas, a convocação de nova Audiência Pública para o dia 15 de janeiro de 2012, com base no Art. 9º da Resolução do Conselho Nacional das Cidades de nº 25, de 18 de março de 2005, para tratar de alterações nos Projetos de Leis Complementares nº 018/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências e 019/2011 que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras

providências, do Executivo Municipal; o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer do Assessor Jurídico desta Casa de Leis, sendo o que segue: “Senhor Presidente, Há pouco Vossa Excelência encaminhou para esse Departamento um requerimento, protocolizado hoje sob nº1402/2011, articulado em forma de abaixo assinado, com centenas de assinaturas, no qual o primeiro signatário, Sr. Gustavo Durlacher, requer a convocação de nova audiência pública para estudo e análise das seguintes proposituras:1 - Projeto de Lei Complementar nº 018/2011, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências;2 - Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. Pois bem. Embora o princípio da participação popular deveras esteja garantido no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), mormente através das audiências públicas, a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, é inócua para a tramitação das proposituras citadas, vez que o objeto de referida Resolução dizia respeito aos Municípios que ainda não haviam implementado seus planos diretores, na forma da obrigação constitucional; e a audiência pública que poderia ser convocada por 1% (um por cento) dos eleitores do Município, como todos os dispositivos de citada norma, dizia respeito à ELABORAÇÃO de planos diretores. Friso que a participação popular está largamente contemplada na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal, quer seja pela apresentação de projetos de lei (5% do eleitorado), uso da tribuna livre da Câmara, convocação de audiências públicas pela sociedade civil, para qualquer assunto de interesse do Município por 0,1% (zero vírgula um por cento) dos eleitores. Ademais, é bom ressaltar que foram realizadas audiências públicas para análise de ambas proposituras, em perfeito atendimento do que preconiza o Estatuto das Cidades. Por óbvio, ambos projetos de lei acima referidos não estão adstritos à Resolução nº 25, de 18 de março de 2005, do Conselho Nacional das Cidades, porém, levando-se em conta o grande número de cidadãos que assinaram, recomendo que Vossa Excelência submeta o abaixo assinado à apreciação do abalizado Plenário, ainda na sessão extraordinária de hoje. Departamento Jurídico, 28 de dezembro de 2011. Francisco Valdevino Cosmo Advogado – OAB SP 145.376”. Depois de lido o parecer, o Sr. Presidente colocou, de forma democrática, o referido Requerimento para apreciação do Plenário e, em discussão e votação foi o referido requerimento rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo



Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 018/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XX do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foram apresentadas e apreciadas as seguintes Emendas de iniciativa do Sr. Edison Cardoso de Sá: Emenda nº 001 – a AEU 06 proposta deixa de existir e parte da sua área continua rural e a outra parte passa a ser urbana (integrante da AU 01, que inicialmente tinha 43,952 km<sup>2</sup> e passa a ter 45,736 km<sup>2</sup>). Com esta emenda torna-se necessário substituir os Anexos I, II e III – apensos já com a inserção da emenda); pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que por uma questão de clareza, para a discussão deles, queria pedir um destaque em cada emenda, para que eles pudessem votar separadamente cada emenda apresentada, para depois de ler tudo, e depois se confundir na votação, e que achava que seria interessante votar aquela primeira emenda, e poderem explicar do que se tratava essa emenda no Plano Diretor, e que não sabia se tinham ficado com os mapas, em slide, e foi lhe respondido que não ficou; o Sr. Presidente disse de, então, fazerem assim, cada emenda, parava, discutia e votava, para não confundir nem os Vereadores e nem o público presente; a seguir, em discussão a primeira emenda, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que o que ele tinha entendido da primeira emenda, era que estavam tirando aquela área de expansão urbana, lá de cima da Fazenda Capim Fino, a transformando em urbana, e excluindo a Fazenda Cafezal, que era expansão urbana, e não iria existir expansão urbana naquela propriedade, e perguntou se era isso, se estava correto, e foi confirmado que era isso mesmo; e perguntou ao Doutor se ele não tinha entendido e que era a primeira emenda, não era a área do Tanquinho, a Emenda número um; o Vereador pediu a emenda e a seguir explicou para o Vereador Airton que no projeto do Executivo estava lá como área de expansão urbana, e que não era a proposta que eles receberam posteriormente, e que lá falava que a Área de Expansão Urbana número seis, deixava de ser expansão urbana, e estava se tornando urbana, no trecho da Fazenda Capim Fino, e perguntou se estava correto, e que se ele estivesse errado, poderiam corrigí-lo, e aí como ela deixou de ser Área de Expansão Urbana, só ficou a área urbana que era aquela área ao lado do Florianópolis e das Terras da Capela de Santo Antonio; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimento; decorrido o prazo necessário para tal, o Sr. Presidente reabriu a sessão, colocando, ainda, em discussão a Emenda número um; em discussão, pediu,

novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que, voltando a esclarecer aos nobres pares e à população, que esteve presente nas Audiências Públicas, (o Sr. Presidente solicitou o silêncio na assembleia), e voltando a esclarecer que a população que esteve presente nas Audiências Públicas, que o que foi proposto ali foi justamente aquilo que foi solicitado na primeira Audiência Pública, ou seja, tirar a Expansão Urbana que era ali no Capim Fino e Cafezal, e transformá-la em uma parte urbana, e uma parte ficou excluída, e que foi o sugerido e tinha seu apoio, também; agradeceu a todos; pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Sr. Presidente que, mais uma vez, sabia da idoneidade e competência dele, mas que ela considerava de uma falta de respeito, que, com o orçamento que esta Casa tinha de quase quatro milhões de reais, eles não tivessem a capacidade de mostrar esse mapa no telão, (houve manifestação na assembleia), e que as pessoas não sabiam o que se estava votando; pediu licença ao Sr. Presidente, dizendo que ela entendia que ele falava, que eles tiveram as Audiências Públicas, mas iriam ter emendas novas do Fred e talvez dela, que as pessoas nunca viram, e que se naquele dia não tinham capacidade técnica no momento, de passar no telão, era para suspenderem e outro dia se fazia; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação a Emenda nº 001 do Sr. Edison Cardoso de Sá ao Projeto de Lei nº 018/2011, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 002 – tal emenda subdivide a AEU 04 em 02 (duas) áreas, quais sejam, AEU 04 e AEU 06, respectivamente com 18,582km<sup>2</sup> e 3,740km<sup>2</sup>. (Necessário substituir o Anexo II e o Anexo III); em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que aquela era uma Área de Expansão Urbana proposta a mais lá no Tanquinho, e que já existia uma Área de Expansão Urbana, no Tanquinho, e que era aquela faixa que subia e ia até Paulínia encontrando até na Fazenda Duas Marias, e que era isso que estavam votando em destaque e ela foi separada da área quatro. A seguir, em votação a Emenda nº 002 do Sr. Edison Cardoso de Sá ao Projeto de Lei nº 018/2011 foi a mesma foi aprovada por 05 (cinco) votos favoráveis, sendo (03) contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; Emenda nº 003 – tal emenda amplia a AEU 05, passando para 2,500km<sup>2</sup> (constava com 1,784km<sup>2</sup>). (Necessário substituir o Anexo II); em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que mais uma vez era só esclarecendo que aquela área de Expansão Urbana que estava sendo criada era uma área que começava ali depois da Colina do Castelo, onde terminava a avenida, na porta da Fazenda Morro Verde, passava na Fazenda Mato Dentro e ia até a divisa com o rio Atibaia, que era Campinas, inclusive era uma área de

preservação permanente de Campinas, e eles estavam criando essa área de expansão urbana, não sabia porquê, e que gostaria de recomendar aos nobres Colegas o voto contrário àquela área de expansão urbana; por favor; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite mais uma vez, dizendo ao Presidente que tinha mais uma dúvida: se eles não conseguiam pegar o lixo no centro da cidade e nos bairros mais próximos, com que dinheiro e com que capacidade técnica, eles iriam buscar o lixo a vinte quilômetros do centro da cidade, para que expandir tanto uma região, e que eles não estavam nem dando conta da Colina do Castelo, como iriam levar água até esses bairros, esgoto, porque eles tinham que ser responsáveis ali, e que ninguém apresentou, ainda, o relatório de impacto ambiental desse Plano Diretor, e que dizia isso porque ninguém garantia, disse aos seus nobres colegas, que com essas expansões urbanas, não faltaria água em Jaguariúna pela primeira vez na história, porque não adiantava falar que tinham três rios que passavam por baixo, e que a água tinha que ser tratada e canalizada, bombeada, e o que ela queria entender, e eles já tinham estudos, e que voltava a repetir, e falava isso para os Vereadores, o Governo gastou uma fortuna em pagar um relatório de impacto ambiental, que nunca ninguém viu; se pagou mais de duzentos mil reais para uma empresa de São Paulo fazer, e disse ao Renê que se ele quisesse a nota ela mostraria naquele dia (houve manifestação na assembleia), e o relatório.... e que a nota não era da empresa dele, ela garantia, só que o relatório nunca existiu, nunca chegou nesta Casa, então, o que ela queria sensibilizar ao Dr. Airton que tinha filhos, ao Edson que iria ser papai, Mauricinho, que ninguém lhe garantia que as florestas do Município iriam ser mantidas, porque ela não tinha o relatório de impacto ambiental, nem ela, nem ninguém, e que ela já protocolou e ninguém lhe entregou; comentou que, como eles podiam querer crescer, sem pensar no Meio Ambiente, aí, depois, disse ao Sr. Presidente, pediu desculpas, não adiantava fazer campanhas de “recicle”, isso e outro, porque eles reciclavam no centro, e estornava na periferia; disse deixar claro que ela nunca viu o impacto ambiental, o relatório de impacto ambiental, que custou mais de duzentos mil reais para se analisar qual era o impacto ambiental dessa mudança, e esperava que ninguém viesse na Câmara, destas pessoas que naquele dia estavam a favor do Plano, e viesse a se queixar que faltava água, que faltava recolhimento do lixo, porque não tinham esgoto, porque com as oitocentas casas, já iriam atingir o máximo de água potável, e que eles tinham que entender, o seguinte: se alguém lhe mostrasse, naquele dia, o impacto ambiental que não iria faltar água, e que não iria ter o desmatamento, podia rever seu voto, e perguntou se sabiam porque isso não iria

acontecer, porque se pagou e nunca se fez esse relatório de impacto ambiental, foi uma nota fria, se pagou para não fazer o relatório ambiental, e quem tivesse prova, que lhe mostrasse onde ele estava, porque ela já tinha protocolado o pedido e ninguém lhe entregou, porque ninguém fez; disse que ela garantia que com essas expansões que eles podiam aprovar naquele dia, ali, iria faltar água no Município, talvez não para eles, e sim para os seus filhos, e para seus netos; desejou boa noite; houve manifestações na assembleia. A seguir, em votação a Emenda nº 003 do Sr. Edison Cardoso de Sá ao Projeto de Lei nº 018/2011 foi a mesma foi aprovada por 05 (cinco) votos favoráveis, sendo (03) contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; a seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos; feitos os esclarecimento, o Sr. Presidente reabriu a sessão e determinou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, onde deixou de assinar o Vereador Rubens das Virgens, Vice-Presidente, e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, onde deixou de assinar o Vereador Edison Cardoso de Sá, Secretário, parecer este contrário ao Projeto de Lei nº 018/2011; terminada a leitura a assembleia se manifestou com palmas. Tendo recebido parecer contrário, em conformidade com o Art. 102, parágrafo único e Art. 103 do Regimento Interno, o Sr. Presidente colocou para apreciação do Plenário, referido Parecer; em discussão pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que era difícil, e que eles estavam lutando, e disse à nobre Vereadora que faltava impacto ambiental, achava que faltava tudo, e perguntou se sabiam o que mais estava faltando e disse que faltava a consideração com o povo que veio nas duas vezes na Casa, (houve manifestação na assembleia); disse que, em nenhum momento estas pessoas que saíram de suas casas para lutar pelo direito delas, pelo direito de criar seus filhos com qualidade de vida, de poder escolher o futuro, concordava, estava sendo cerceado, e que achava que o mais coerente de tudo, realmente, seria suspender a votação, mesmo eles fazendo as emendas, correndo atrás, lutando; disse que era doído, e que não era fácil estar ali em cima, não; disse que ele só queria tempo para discussão, e que só queria que Jaguariúna voltasse a sorrir, e que estava difícil, mas que iriam continuar lutando, e repetiu que iriam continuar lutando da maneira que fosse necessário e preciso, e que queria parabenizar a cada um que veio e participou na Audiência Pública, que lutou, que andou de sol a sol atrás dessas assinaturas, naquele dia, e que queria parabenizar a eles, e que eles estavam de parabéns; desejou boa noite; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação o Parecer contrário da maioria dos membros das Comissões Permanentes de

Constituição, Justiça e Redação e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, foi o mesmo rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; rejeitado o parecer o Projeto de Lei Complementar nº 018/2011 continuou seu trâmite, onde foi lido o Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes, favorável ao Projeto. Depois da leitura, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para algumas correções no parecer. Decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, onde, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 018/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XX do R.I. cc Art. 42 LOM). Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse ao Sr. Presidente, que após a leitura do parecer da Comissão de Obras, ela citou aí que tinha que acompanhar o projeto, a RT dos trabalhos do profissional que foi contratado para fazer o Plano Diretor e que ele queria saber se tinha a RT acompanhando os trabalhos, e que foi lido, foi escrito pelos nobres Pares, e que ele era engenheiro e ele podia dizer que tinha uma RT mesmo, e por isso ele queria ver a RT, que era uma anotação do responsável; disse que queria, também, levantar uma questão de ordem, de acordo com o Regimento Interno, e que ali falava das Competências das Comissões, e uma das competências da Comissão de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes era estudar o Plano Diretor, e que queria saber, disse ao Sr. Presidente se a Comissão de Obras tinha feito alguma audiência pública, nomeada pela Comissão, para poder exarar o parecer, e poder estar ali discutindo aquele projeto, e que era isso que ele gostaria de saber, a princípio; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao Sr. Presidente, que ela declarava ali seu maior respeito pela sua presidência, mas o Vereador Fred acabava de solicitar um documento que não existia, a audiência pela Comissão de Obras; pelos seus filhos, pela justiça, pela lei, ela implorava que o Sr. Presidente cancelasse aquela sessão, porque era ilegal; (houve manifestação na assembleia); a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que, pediu um minuto à assembleia para que ele pudesse falar, e disse ao Sr. Presidente que eles precisavam saber, se tinha ou não tinha o parecer da Comissão de Obras, até porque, senão iria ferir o Regimento Interno da Casa; disse que a Comissão de Meio Ambiente fez, e a Comissão de Obras, perguntou; e queria saber

juridicamente; (houve manifestações na assembleia); o Sr. Presidente suspendeu a sessão e, ao reabrir, o Sr. Presidente disse que o Jurídico falou que o parecer existia, estava assinado, então, iria prosseguir; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 018/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Jaguariúna – PDJ, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por cinco votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; (houve manifestações na assembleia); a seguir, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, do Executivo Municipal, que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIX do R.I. cc Art. 42 LOM). Primeiramente, foi lido o Ofício DER nº 098/2011, do Executivo Municipal, que substitui o Anexo II – descrições dos perímetros das zonas de uso na área urbana, do Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, do Executivo Municipal, que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. A seguir, foram apresentadas as seguintes Emendas: Emenda nº 001, de iniciativa do Sr. Edison Cardoso de Sá – diminui a ZEEM – descrição e mapa, Anexos II e III; proposta do Executivo: 5,358km<sup>2</sup>, com a emenda passa a ter 3,344km<sup>2</sup>. Diminuindo a área ZEEM, o restante passa a ser regulado como ZPR1-02, que antes tinha 16,783km<sup>2</sup> e passa a ter 18,797km<sup>2</sup>. Com esta emenda torna-se necessário substituir os Anexos II e III; em discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, mais uma vez, e disse ter pedido a ajuda do Alfredo mais uma vez, para mostrar aproximadamente o que estava sendo diminuído; entre outras coisas disse que só queria fazer duas colocações, e esperava que os nobres servidores comissionados que ali estavam, pudessem entender a sua colocação; a seguir, perguntou qual daqueles funcionários eram proprietários de uma área que estava tendo a ZEEM? E ele constatou que ninguém era; houve manifestações na assembleia com vaias, e o Vereador disse que podiam vaiar, e que não tinha, e que respeitava, e continuou dizendo que era duro ter algo que poderia ser desvalorizado; continuava a haver manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente solicitou silêncio, e ainda mais a assembleia se manifestava; o Vereador Fábio Augusto Pina continuou sua fala, agradecendo, lógico, e não sabia o porquê da presença dos seguranças, e

que achava que ali era a Casa do povo, tinha que estar cheia, e perguntou, quem iria pagar os seguranças? (houve, novamente, manifestação na assembleia), e o Vereador continuou dizendo que era a segunda vez que isso acontecia, naquele ano, e que ficava um entra e sai ali em cima, bonito de ver, e que até o ônibus quebrava, bem na frente da Prefeitura, e entre as manifestações contínuas da assembleia, o Vereador pediu ao Vereador Alfredo, ajuda, e o Sr. Presidente solicitou ao Vereador Fábio que fosse ao projeto, e o Vereador disse que só queria mostrar e agradecer também, a emenda do Vereador Edison, pelo menos algumas pessoas não iria ser tão prejudicadas, mas a cidade em si, ia; e perguntou onde seria no mapa, ao Vereador Alfredo; continuou havendo manifestação na assembleia, e o Vereador respondendo, disse que ao menos não tinha tirado de ninguém, e entre outras coisas disse que não tinha sido, não, tinha sido em noventa e um; o Sr. Presidente interferiu e disse que o Vereador Alfredo iria explicar, e pediu por favor aos presentes que prestassem atenção à explicação; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que a área ZEEM foi excluída desde a área do rio Camanducaia, até no São Pedro, aí subia até a Fazenda Santa Francisca, chegando até o rio Camanducaia, novamente, então, ela tinha diminuído um valor considerado pela presente emenda do Edison, que tinha proposto naquele momento, e que a proposta encaminhada pelos Vereadores aceita pelo Executivo; o Sr. Fábio Augusto Pina agradeceu ao Vereador, que também era engenheiro, pela colaboração; houve, novamente, manifestação na assembleia; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse, em primeiro lugar, que quem falou que ela era argentina, ela tinha muita honra de ter nascido onde nasceu, mas tinha muito mais honra de ter escolhido morar nesta Cidade; (houve manifestações na assembleia); a Vereadora continuou dizendo que a única coisa, e que fugia do convênio, que ela entendia a posição deles, como comissionados, porque eles ganhavam dois, três mil reais, alguns deles era a primeira vez que vinham na Cidade, e que ela se perguntava, por que os Secretários que ganhavam oito mil reais não estavam ali para dar a cara e mandavam eles? (houve manifestações na assembleia); por que, ela continuou, mandavam eles, e não vinham os Secretários dar as caras? (continuou havendo manifestações na assembleia); a Vereadora pediu desculpas, dizendo que tinha muito respeito pelo Secretário Silva, mas ele era do Trabalho, e que ela queria o Secretário do Meio Ambiente e do Zoneamento, (houve manifestações na assembleia), e ela disse ao Sr. Presidente que ela entendia que algumas coisas neste Plano Diretor eram boas, e que queria parabenizar, neste ponto, o Edison por esta emenda, só que ela foi para maquiagem as coisas ruins; disse que aquele Plano Diretor estava viciado, a votação estava

cheia de erros, e que ela queria ali, relatar e afirmar, que seus advogados iriam entrar com Mandado de Segurança para cancelar aquela votação, (houve grande manifestação na assembleia), e disse ao Sr. Presidente que, com o respeito que ele merecia, a sua condição de Presidente não estava por cima do Código e do Regimento Interno, e que dizia isso, porque ela achava que tinha pessoas ali, que se eles fizessem uma pesquisa, disse ao Sr. Presidente, não sabia nem porque estavam na Casa; , (houve manifestações na assembleia); disse, ainda, que tinha pessoas que eram seus amigos, como o Sr. Moura, que estava ali, e que o Sr. Moura era seu amigo e que ele nem sabia porque estava ali; (houve manifestações na assembleia); disse, ainda, que lhe estranhava, e alguém da assembleia se manifestou, se dirigindo a ela, e ela respondeu ao mesmo que ele cuidava das bolsas, e constrangia o povo, quando chegava um minuto atrasado e cancelava as bolsas, e que era mera desculpa; houve muita manifestação na assembleia, e o Sr. Presidente solicitou que a Vereadora se ativesse ao projeto; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que tinha que comungar com as palavras da Vereadora Karina que muita gente que estava na Casa, não sabiam nem porque estava ali; disse que ele era dono de imobiliária havia vinte anos, e diante de manifestação da assembleia, ele disse que dos dois lados, não, porque a grande maioria tinha participado das audiências; e continuou dizendo que ele, como dono de imobiliária estava adorando este plano, (houve manifestações na assembleia), que eles podiam ter certeza, mas como cidadão jaguariunense de forma nenhuma, eles podiam ter certeza disso, (houve manifestações na assembleia) e como cidadão jaguariunense eles podiam ter certeza que ele estava votando contra aquilo que o fazia ganhar dinheiro, e que eles podiam ter certeza disso, (houve manifestações na assembleia); disse, ainda, que não tinha problema, e voltou a dizer que isso que eles estavam fazendo ali, era, realmente, que eles estavam ali porque não sabiam porque estavam na Casa, e que, infelizmente, eram pessoas que foram obrigadas pelo Poder Público, pelo Prefeito, a estarem na Casa, funcionários que deveriam estar em Casa, comissionados, pessoas comissionadas, seguranças (continuava a haver manifestações na assembleia); e disse que era para a pessoa não dar risada, porque ela era também comissionada, e que ele queria pedir para qualquer funcionário ali, que erguesse a mão, se não era funcionário público; disse que era porque eles não tinham coragem de erguer a mão quem era funcionário público, e pediu para que erguesse a mão quem era funcionário público, e pediu mais uma vez para que erguesse a mão quem era funcionário público; e pediu para erguer a mão quem era funcionário público, e vendo a manifestação da assembleia disse que a grande maioria estava,



também, e que ele respeitava, mas que se podia ter certeza que a grande maioria, era comissionado, RPA, então, não ia nem falar; o Sr. Presidente pediu que o Vereador falasse sobre o projeto; o Vereador disse, então, de se ater ao projeto, e que iria só explicar que a área ZEEM estava criando uma grande área na região, que era de mineração, ninguém podia fazer mais nada, e repetiu que ninguém podia fazer mais nada nessa área de mineração; quem tinha propriedade lá, não podia fazer mais nada; disse que o que ele estava explicando era o seguinte, e que só dava direito a uma pessoa, quem explorava a pedra na Cidade, e que era para eles porem na consciência que era só isso, era essa a discussão que foi durante um mês, e que era por isso que eles estavam batalhando contra isso, exclusivamente, que isso não podia acontecer, e por isso seu voto seria contrário, como sempre foi e sua opinião contrária; disse que era uma pena, realmente, pessoas estarem ali que não sabiam porque estavam ali; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, (houve manifestações na assembleia), que disse, muito inflamado, que quem lhe chamava de pelego não tinha a história de luta que ele tinha feito muitas das vezes nesta Cidade, não tinha moral, e não tinha dignidade para falar de sua pessoa; disse, ainda com muito vigor, em meio às manifestações na assembleia, que sua vida era construída de luta, que sua vida era construir com modernização; o Sr. Presidente solicitou silêncio na assembleia, que continuava a se manifestar ferrenhamente, e pediu para que prosseguissem a sessão; o Vereador Edison Cardoso de Sá continuou sua fala dizendo que eles não tiveram a capacidade de convencer que a área ZEEM estava prejudicando, e o que eles queriam era manter uma área, onde o trabalhador, onde pessoas iriam comprar uma área e iriam fazer um baldrame, que não tinha condições de fazer, para estourar tudo, e que era isso que eles estavam fazendo; o Sr. Presidente pediu que o Vereador se ativesse ao projeto e, o Vereador continuou dizendo que, quem dizia que ele era sem vergonha, tinha que provar, era para provar, repetiu, porque o projeto que eles estavam defendendo ali não era colocar o problema debaixo do tapete como até aquele momento foi colocado; (houve manifestações na assembleia), e ele disse que eles estavam fazendo um falso discurso, um falso discurso, e o que eles estavam colocando era uma área onde não estavam depreciando nada de ninguém, e que queria dizer que as pessoas... o Sr. Presidente pediu ao Vereador que falasse do Projeto, e ele disse que estava falando do mesmo, e continuou dizendo que todos eles, que estavam ali, tinha pessoas que estavam falando que não sabiam o que estavam fazendo aqui, e que concordava que tinha pessoas, também, do outro lado que não sabiam o que estavam fazendo aqui, que não sabiam porque estavam participando, e queria dizer, para

encerrar, que ele estava calejado, seus ouvidos estavam calejados de ouvir certos discursos políticos de candidatos a Vereadores e a Prefeito, que estavam na Casa, e que era essa a grande questão, para fazer política, e que eles iam, era votar; houve manifestações na assembleia, e o Sr. Presidente pediu para que dessem continuidade, e pediu, novamente, a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse ao nobre Vereador Edison, e, ainda, diante de manifestações, o Sr. Presidente pediu para que dessem continuidade; a Vereadora Karina pediu ao senhor que se manifestava na assembleia, que ele esperasse um pouco, e disse ao nobre Vereador Edison que ela atestava ali, porque foram companheiros algum dia, da luta dele para chegar onde chegou, mas era uma sacanagem enorme, falar que aquele povo não lutou para chegar onde chegou; disse que tinha gente que ela conhecia, e repetiu, embora manifestações na assembleia, que tinha gente que ela conhecia que trabalhava, e que a questão ali era a seguinte: a pedreira, existia como seu Colega Pastor Rubens falou, porque Deus trouxe a pedra; entre outras coisas disse que, o que ela gostaria que eles explicassem, e que a pedreira estava lá há vinte, trinta, quarenta anos, ok, mas por que tinham que ampliar o tamanho da pedreira, perguntou; e se essa terra era tão perigosa, e que ele não explicou para ela desde o dia anterior, e o Governo, também, era porque a Estrutural comprou a Serrinha, por trinta e três milhões de reais, se aquela terra era ruim, e se era ruim de um lado, era ruim do outro, (houve manifestações na assembleia); a Vereadora disse que do jeito, ela sabia e iria falar ali, que o nome era ruim, e que sabia que o Governo não queria mudar da área ZEEM para outro nome, e que ela, se o Vereador concordasse, já que estavam dando para a Estrutural, ela sugeria um nome, “Simosolândia”, (houve manifestações na assembleia); disse que do mesmo jeito que Paris tinha a Disneylândia, Miami tinha a Disneylândia, Orlando.... teriam a “Simosolândia”, eles davam a cidade, eles faziam o que eles queriam, eles aprovavam, e o povo já sabia para onde ia; pediu para que se pensasse no povo, e que ia falar para os Comissionados e para os funcionários, que queria vê-los, na Casa, no ano que viria, quando o Executivo mandasse o projetinho de estatutário com celetista, e que eles iriam tomar um “nabo” que nem pensavam, exclamou; (houve manifestações na assembleia). A seguir, em votação a Emenda nº 001 do Sr. Edison Cardoso de Sá, foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 001, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – dá nova redação ao Art. 5º, que altera o Art. 16 da Lei Complementar nº 97/2004: “Art. 16. Para efeito de parcelamento fica definido o lote mínimo de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) e testada

mínima de 10,00 m (dez metros).”; em discussão e votação a mesma obteve o seguinte resultado:04 (quatro) votos favoráveis, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens e 04 (quatro) votos contrários dos Srs. Airton Brulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável à referida emenda, sendo assim, a mesma foi aprovada por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários.; Emenda nº 002 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – dá nova redação ao Art. 7º, que altera o Art. 29 da Lei Complementar nº 97/2004: “Art. 29. Um mesmo lote de terreno poderá receber a construção de mais de um prédio de frente sempre que corresponda a cada prédio uma testada mínima de 10,00 (dez metros) no logradouro público e uma área própria de terreno não inferior a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados).” Em discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse que aquela emenda, era o seguinte: era no mesmo terreno, iria ter o mesmo cavalo, com duas linhas de água, com duas conexões de água, certo, perguntou; se iria ter duas casas, iria ter duas conexões de água, e perguntou ao Fred se estava certo; se iria ter duas casas, como iria ser numa só caixa d’água? Iria ser com a mesma, perguntou, e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que sim, duas ligações e, conseqüentemente, se tivesse duas ligações, e a Vereadora continuou dizendo que o que ela achava estranho, que essa preocupação, e ela tinha, com a população mais carente da Cidade, era interessante, só que ela já tinha tentado, no Executivo, colocar uma tarifa social para religamento de água, e se a preocupação do Governo era tão importante com as pessoas menos favorecidas, ela não entendia, porque uma pessoa devia trinta reais de água, eles cortavam a água dela, e para religar tinha que pagar cem reais de água; disse que se os caras tivessem o cem, que pagasse os trinta! Disse achar que não adiantava dar condições de construir, tinham que dar condições que as pessoas tivessem mais cidadania, e que achava que aquela emenda era boa, mas perguntou se as pessoas iriam ter o respeito depois de construírem?Disse que era isso sua emenda, e que ela achava que construir duas casas, tudo bem, mas duas contas de água, e que tinha que ter o cuidado, porque senão eles iriam ter, e que iria deixar ali registrado, falta de água no Município, e isso não faltava muito tempo, porque ninguém da Prefeitura apresentou o relatório que não faltaria água com esse crescimento, e que eles tinham que entender, e que eles ali não estavam votando o hoje, e sim, eles estavam decidindo os próximos dez, vinte anos da Cidade, salvo outro Prefeito

ganhasse, e revogasse tudo isso no novo Plano Diretor, eles iriam ficar com esse Plano Diretor, que nos próximos quatro, oito anos, e a Cidade, não era o grupo do “sim” ou o grupo do “não”, os brancos, os negros, as pessoas de fora ou de dentro, a Cidade iria sofrer danos irreparáveis, irreparáveis, repetiu; disse que, independente dessa rincha política partidária, do “sim” ou do “não”, eles estavam decretando, votando este Plano Diretor, o fim da Cidade nos próximos vinte, vinte e cinco anos, porque como todo mundo sabia, a água, dali para frente, iria valer ouro, e iria ter dificuldade enorme de ter água nos Municípios; perguntou se sabiam a quem iria beneficiar? Àquelas casas nos condomínios chiques, que tinham quatro ou cinco caixas d’água nos seus telhados, e o pobre que iria ter uma caixa pequena, iria passar sede, não iria poder tomar banho, e que queria deixar ali registrado, e apostava que isso não iria demorar mais de dois ou três anos para acontecer, porque as pessoas que construíram uma casa de mil, dois mil metros, metiam no seu telhado, no seu porão, quatro, cinco caixas de água e nunca iria faltar água, mas para o pobre iria faltar; disse achar que, deixando esse lado de “sim”, “não”, eles estavam, naquele dia, comprometendo para os próximos vinte anos a qualidade de vida da Cidade; disse que já tinham saído do quinto lugar, do terceiro para o duzentos e sessenta e cinco, e que estavam subindo, e que isso não era Fred, Nalva, era uma entidade no Rio, que avaliava a cada dois anos as Cidades; disse que Jaguariúna era a terceira cidade em qualidade de vida, hoje estavam a duzentos cargos desse lugar, e que alguma coisa aconteceu, e que não importava de quem era a culpa, e que não importava quem estava na direita, não importava quem estava na esquerda, se preocupava, por exemplo, que ela morava aqui, e que se tinha pré candidato e tinha candidato, a democracia era isso, disse ao Edison, e que eles fizeram isso quando eles eram pré candidatos; eles vinham na Casa (houve manifestações na assembleia), e perguntou por que as pessoas não podiam vir? E fez comentários dizendo que agora fariam: “Só entra na Câmara, quem não é candidato; só entra na Câmara...” e disse que não era assim, e que ela achava que a eleição era no ano que viria, e o que eles estavam votando, naquele dia, era a destruição, e deixava ali registrado, o seu voto contrário, que ela não queria ser responsável por onde seus filhos e seus netos iriam morar nos próximos vinte anos; alguns que estavam muito bem, e o que ela estranhava, disse ao Edison, e que fazia uma pergunta que lhe chamava a atenção que os donos das empresas, não moravam em Jaguariúna, da maioria das multinacionais, todo mundo morava em Campinas, no Alphaville ou nas Duas Marias, mas se eles morassem no Florianópolis, se morassem em Guedes, no Vargeão, teriam outra ótica; disse que tinham pessoas ali que a procuraram que

era a economia da vida deles, e que ali não se tratava do que era urbano ou não era urbano, se tratava de quem quisesse olhar para frente, tinha que respeitar o passado, o direito adquirido das pessoas, o porquê eles lutaram, e eles estavam prejudicando pessoas; disse achar que eles deveriam, e ela respeitava as manifestações, quem gostava ou quem não gostava dela, quem, antes que alguém falasse, a viu no Fantástico ou não a viu, era outra questão, o que ela não podia por seu voto, era prejudicar a vida de ninguém, e que eles estavam, naquele dia, ali, prejudicando essas pessoas, hoje, as futuras gerações, e dali a vinte anos; agradeceu; (houve manifestações na assembleia); a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá dizendo que eram uma questão de opinião, e que a questão de opinião que estava prejudicando a cidade era dela, não dele, era dela, e que ali era público, a Casa era aberta para quem quisesse vir, quem era candidato, quem não era, ali era a Casa do povo, e que a questão era que, da mesma forma que vinha ali e falava com relação à questão das pessoas que eram funcionários públicos e comissionados ou não eram, eles eram cidadãos, votavam na Cidade, pagavam imposto, e tinha os mesmos direitos que os demais, (houve manifestações na assembleia); pediu, novamente, a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse que concordava com o Vereador que alguns comissionados que estavam ali, moravam na Cidade, mas que ele sabia que tinha uma lista de comissionados, que não moravam aqui, e nem vinham para cá, (houve manifestações na assembleia), e que ela entendia, disse ao Sr. Presidente, que ela entendia que o Prefeito tentou mandá-los embora, mas como eles nunca vinham, como iria entregar a carta de demissão, era difícil; e que ela faria uma pergunta ao Vereador, uma pergunta reta, direta, que poderia mudar seu voto: pelo que o Vereador tinha analisado do impacto ambiental, que falou que estava na internet, pelo que ele tinha analisado do Código Florestal nesse projeto, perguntou se ele afirmava com a capacidade que ele tinha, que não iria faltar água no Município nos próximos dez anos? Pelo que ele tinha visto no impacto ambiental, porque ela não viu, e achava que o Vereador, como líder do Governo, tinha visto; perguntou se ele garantia, não com sua palavra, mas que no projeto estava escrito que não faltaria água nos próximos vinte anos? (houve manifestações na assembleia); pediu, novamente, a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse à Vereadora que a colocação dela, e que ela quando discutia um ponto, ia todos os pontos, ela conhecia de A a Z, ela conhecia tudo, (houve manifestações na assembleia), e que ali era uma colocação em que tinha todas as informações de tudo; a questão era que ( a Vereadora se manifestava no Plenário, e o Sr. Presidente pediu que ela deixasse o Vereador falar); ele pediu para que o deixasse falar, e que a Vereadora ficava toda hora tripudiando,

ela era a dona da verdade, era dona de toda a verdade, e repetiu que era a dona de toda a verdade e conhecia de tudo, e que a resposta a respeito disso era que não iria faltar; (houve manifestações na assembleia). A seguir em votação foi a Emenda nº 002 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues, foi a mesma aprovada por 05 (cinco) votos favoráveis, sendo (03) contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini; Emenda nº 003, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – dá nova redação ao Art. 10, que altera o inciso I do Art. 36 da Lei Complementar nº 97/2004: “I – os lotes terão área mínima de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), frente mínima de 10,00 m (dez metros), e profundidade mínima de 25,00 m (vinte e cinco metros), salvo quando a legislação estadual ou federal determinar maiores exigências, ou quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes; nos lotes de esquina a frente mínima será de 12,00 m (doze metros) medidos pelo segmento de reta existente entre os prolongamentos das duas linhas concorrentes que formam a esquina das vias; os fundos terão dimensão mínima de 12,00 m (doze metros).” Em discussão e votação a mesma obteve o seguinte resultado: 04 (quatro) votos favoráveis, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens e 04 (quatro) votos contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Maria Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável à referida emenda, sendo assim, a mesma foi aprovada por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários. Emenda nº 004, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – suprime o art. 12 do Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 97/2004, renumerando-se os demais; em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de esclarecer aquele artigo da Legislação, que ele estava pedindo para suprimir, porque era importante os nobres pares terem conhecimento e, enquanto encontrava o que desejava no projeto, pediu desculpas ao Sr. Presidente, solicitando, se possível, que suspendesse a sessão, o que de fato, o fez o Sr. Presidente; decorrido o prazo necessário ao Vereador, o Sr. Presidente reabriu a sessão, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu, novamente, a palavra, dizendo de esclarecer aos nobres pares que, se eles estivessem com o projeto de lei na mão, ele estava pedindo para suprimir o

artigo doze da lei para que ficasse o que existia na atual legislação, e que o artigo doze que foi encaminhado para eles através daquela lei, dizia o seguinte: “Art. 12. Ficam revogados o inciso VI e os §§ 2º e 3º, do art. 36, da Lei Complementar nº 97,” que era a lei de Parcelamento do Solo, e que ele dizia que as áreas verdes do Município passavam a ter quarenta e cinco por cento no “comput”, ou seja, quarenta e cinco por cento destinado às áreas institucionais, áreas verdes e sistema de lazer; disse que, antigamente, era trinta e cinco por cento, e estava aumentando para quarenta e cinco por cento, mas ao mesmo tempo, a Lei Municipal previa que estas áreas verdes, elas não poderiam, e se existisse uma propriedade uma área verde, ou uma área de proteção ambiental, ela não entrava no “comput” dos trinta e cinco por cento, que era antes, e hoje, estava-se dando a garantia de pegar as áreas de preservação e as áreas onde existia uma mata, e se computava como área verde; disse que o Sistema de Lazer ele acabava diminuindo, e que o Sistema de Lazer para que todos pudessem entender era onde se podia fazer uma praça, criar algo de recreação, e que uma área verde tinha que ser intocada, tinha que ser preservada, principalmente, em área de preservação; disse que estava se aumentando o limite para quarenta e cinco por cento de utilização desses espaços públicos, entre rua, área verde e área institucional, e repetiu área verde, área institucional e ruas para quarenta e cinco por cento, mas ao mesmo tempo, estava dizendo que vinte por cento disso, vinte por cento era área verde, sendo que seis por cento só podia ser aproveitado como área de lazer; disse que estava se dando mais área loteada ao loteador do que, realmente, uma área, às vezes, possibilitaria; disse achar que não era correto, e que sua opinião era que, realmente, se mantivesse o que era a legislação atual, e que a legislação atual falava o seguinte, no seu parágrafo segundo e terceiro, que eles estavam querendo revogar ali: “§ 2º. As áreas de preservação permanente e áreas verdes não poderão ser computadas como áreas destinadas ao sistema de lazer.” Disse que eles estavam querendo revogar isso daí, e que ele achava que não deveria computar mesmo, além dessas áreas de preservação permanente e áreas verdes tinha que ter mais o sistema de lazer, e que área verde já era área verde, não tinha que ser sistema de lazer; a seguir, leu o § 3º que estava na legislação: “O cálculo do percentual da área total a ser destinada ao sistema de lazer será efetuado descontando-se, da área total da gleba a ser loteada, as áreas reservadas como área de preservação permanente e área verde, se houverem.” Se não houvesse, era a legislação que era atual; disse achar que, em tese, estaria prejudicando em muito o Meio Ambiente, e que gostaria de pedir aos pares que, realmente, votassem contrários a tal artigo da lei; agradeceu; o Sr. Presidente

suspendeu a sessão para que os Vereadores pudessem, ali mesmo, tirar suas dúvidas; terminado o esclarecimento às dúvidas, o Sr. Presidente reabriu a sessão dando continuidade à discussão da Emenda número quatro, onde, pediu novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, mais uma vez, dizendo que tinha explicado aos nobres pares e esperava ter sido compreendido, e que aquela emenda estava suprimindo o artigo doze do projeto de lei apresentado do Executivo para a Câmara, e que no artigo doze ele estava revogando o inciso sexto e os parágrafos segundo e terceiro do artigo trinta e seis, e que iria ler o artigo trinta e seis, e que iria ler o artigo trinta e seis, o inciso sexto, e os parágrafos segundo e terceiro: “Art. 36, inciso VI: no caso de ser a área ocupada pelas vias públicas inferior a vinte por cento da área total a lotear, a diferença existente deverá ser acrescida ao mínimo da área reservada para os sistemas de lazer,” ele explicou dizendo que se ele fizesse um plano de loteamento e não atingisse os vinte por cento da área de rua, se deu quinze por cento, o empreendedor tinha que colocar o restante cinco no sistema de lazer, e que o projeto estava pedindo para suprimir isso e que ele estava pedindo aos nobres Pares para manter isso, e, em contrapartida estava pedindo para suprimir os parágrafos segundo e terceiro: “As áreas de preservação permanente e áreas verdes não poderão ser computadas como áreas destinadas ao sistema de lazer.” Disse que era o correto, só que o Executivo estava mandando a legislação pedindo para que elas pudessem ser computadas como sistema de lazer, e que essa era a solicitação de suprimir todo o artigo doze, além do que, que o cálculo da área total a ser loteada e destinada ao Sistema de Lazer deveria ser descontada, e a área tivesse uma área de preservação permanente e uma área verde; disse que o sistema de lazer era dez por cento do sistema de lazer; agradeceu. A seguir, em votação a Emenda nº 004, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 004-A, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – suprime o art. 11 do Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 97/2004, renumerando-se os demais; em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que iria ler o Artigo onze da lei que o Prefeito tinha encaminhado para a Casa: “Art. 11. O inciso IV e sua alínea “a”, mantidas as suas alíneas “b” e “c”, do art. 36, da Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 112, e demais passam a vigorar com as seguintes redações: ‘IV – a área reservada para espaços livres públicos, compreendendo: sistemas de lazer, ruas e áreas



institucionais será de 45% (quarenta e cinco por cento), no mínimo, do total a ser loteado, distribuídas da seguinte forma:” Disse que ele manteve as alíneas “b” e “c” da atual legislação e alterou a alínea “a”, e que a alínea a era: a) 20% (vinte por cento) para a área verde, da qual é possível a utilização de 6% (seis por cento) como sistema de lazer;” Disse que, com isso, ele estava permitindo que se pegasse a área verde, e transformasse uma parte dela em sistema de lazer; disse que hoje a legislação era a seguinte: dez por cento de Sistema de Lazer e se tivesse área verde teria que crescer mais área verde sem computar nada, e que achava que isso era uma perda na questão ambiental para o Município, e que se, realmente, tivesse área verde na propriedade, ela tinha que ser mantida e não computada como sistema de lazer, e o que ele estava falando ali era que dos vinte por cento que se tivesse na área, podia utilizar seis por cento como sistema de lazer; disse que estava diminuindo o sistema de lazer e dando margem às pessoas que tinham uma área de preservação, uma área verde na propriedade de fazer esse “comput” na área total de se fazer o parcelamento do solo, e pediu aos pares que votassem favorável à emenda, suprimindo o artigo onze, renumerando-se os demais, e agradeceu. A seguir, em votação foi a Emenda nº 004-A, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 005, de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues – dá nova redação ao Art. 13, que altera o § 1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 97/2004: “§ 1º - A Prefeitura terá o prazo de 60 (sessenta) dias para o fornecimento das diretrizes a partir da data de entrada do requerimento, renovável por mais 60 (sessenta) dias, a critério Poder Público Municipal.” Em discussão e votação foi a referida emenda aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 6 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues: que acresce inciso IX ao Art. 8º da Lei Complementar nº 97/2004: “IX –ZE -Zona Especial – áreas com condições naturais de relevância onde se pretende incentivar atividades minerais, sem contudo excluir a característica residencial, caracterizadas por residências unifamiliares.” Em discussão, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que aquela emenda se tratava, na verdade, de uma emenda sua, ou melhor do Fábio, do Fred e sua, e uma emenda que ela chamaria de “Emenda dos Perdedores”, porque já que eles não conseguiram cancelar a Zona ZEEM, estavam tentando, pelo menos, mudar o nome dela, então, pediu aos nobres Colegas, já que eles não conseguiram como o Edison conversou, convencer para cancelar essa Zona ZEEM, e deixar a pedreira do

jeito que estava, que eles mudassem o nome para ZE, para Zona Especial; comentou ser a “Emenda dos Perdedores” porque eles não conseguiram cancelar a criação dessa área maior da pedreira, e que eram perdedores naquele dia; disse, ainda, que queriam mudar o nome para que essas pessoas que iam tirar uma certidão, uma matrícula, não constasse no seu documento que era uma Zona de Mineração, porque fato era que ninguém iria querer comprar uma terra, um lugar que poderia ter sismos, detonações, enfim; desvalorizava o terreno de qualquer um; disse que a pergunta que ficava era essa: se eles conseguiam ali sensibilizar os nobres Colegas Vereadores, para que se mantivesse essa Zona mas que se mudasse o nome dela, daí ia, como o Fred tinha falado na última sessão, se eles não mudassem esse nome, iria ficar claro que outras pedreiras poderiam vir nessa área de mineração, porque Zona de Mineração, ela enxergava dois motivos ali: ou alguém descobriu que tem ouro embaixo dessas pedras para abrir essa região, ou iria vir outra pedreira para trabalhar, porque não se justificava, se eles estavam dando quase o triplo do espaço que a Zona de Mineração tinha, ou alguém descobriu ouro, ou iria vir outra pedreira trabalhar ali; por gentileza, pediu aos nobres Vereadores que eles mudassem o nome sugerido para essa Zona, e que eles conseguissem minimizar o impacto que essas pessoas iriam ter em suas propriedades, em suas áreas; disse que se alguém tivesse alguma outra sugestão, outro nome, eles acatavam, porque o Fred e o Fábio escolheram Zona Especial, mas ela pensava para que eles pudessem mudar, pelo menos o nome dessa aberração que estava acontecendo, porque, disse ao Fred, ela tinha ficado bem atenta às emendas dele, e que eles tinham discutido questões ambientais, e triplicaram o tamanho de uma pedreira, e que era meio contraditório, e que, realmente, eles pediam para que os nobres Colegas, e que eles precisavam de cinco votos, tinham três, e que eles se sensibilizassem e aceitassem a mudança desse nome ZEEM, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo de ressaltar que aquela emenda sexta, no projeto encaminhado pelo Executivo, que criava a Zona ZEEM, não se falava o que era a Zona ZEEM, e que se pegassem o projeto que era o projeto de parcelamento do solo, e se pegasse no Título Dois, do Uso e da Ocupação do Solo, no Capítulo Um, Das Categorias de Zona, lá tinha: Zona Residencial, Zona Predominantemente Residencial, Zona Comercial, Zona Comercial Central, Zona Industrial, Zona de Turismo e Lazer, Corredor de Comércio e Serviços, Corredores de Serviços e APA – Área de Proteção Ambiental; disse que eles tinham criado a área ZEEM, o Prefeito criou essa área ZEEM, mas ali não tinha colocado no artigo oitavo da lei, dizendo-se o que era a Área ZEEM, e que iria ler para eles: a

Zona Residencial era uma área residencial caracterizada por residências unifamiliares e suas construções acessórias e isoladas e pequenos comércios e serviços de âmbito local, de baixa densidade, e que essa era uma Zona Residencial, que era o caso do São Pedro e bairros estritamente residenciais; disse que a maioria das zonas do Município, onde morava a maioria do pessoal, era Zona Predominantemente Residencial, e disse que uma Zona Predominantemente Residencial era uma área caracterizada pela predominância de residências unifamiliares e suas construções acessórias, isoladas ou geminadas, médias e de baixa densidade; disse que ali estava elencado todas essas zonas, e a Zona ZEEM não tinha, não falava o que era uma Zona ZEEM; disse que a emenda que ele fez, emendando, não como Zona ZEEM, mas como Zona Especial, que era uma área com condições naturais de relevância onde se pretende incentivar atividades minerais, que o intuito era esse mesmo, sem contudo excluir as características residenciais, caracterizadas por residências unifamiliares, por lá, como foi dito na Casa, que se podia fazer em terrenos de quinhentos metros, residências térreas unifamiliares, e não foi dito na Audiência Pública, perguntou; e que estava se garantindo esse direito, também, e, posteriormente, sim, tinha a emenda que mudava ao invés de se ler “ZEEM”, se lia “Zona Especial”, e que essa emenda era justamente que dava aquilo que o projeto não deu, o que era a Zona ZEEM, não tinha essa determinação, e que não sabia se os nobres pares o entenderam, mas o projeto estava ali, e ele iria deixar ali se alguém quisesse ver, e continuou dizendo que aquela Zona ZEEM não estava no corpo do projeto, só foi criado a ZEEM e o entorno dela, o que abrangia a área, e não se falava o que se podia trazer lá, e pediria, se alguém quisesse tirar alguma dúvida, enfim, aí a deliberação era dos pares, conseqüentemente, não se passando essa emenda, iriam para a próxima emenda que era só substituir no projeto, ao invés de ZEEM, ZE, e voltou a dizer que não se falava nada na ZE o que significava, se eles não dessem uma denominação para ela; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que só para ele entender, ela existia no mapa, mas se ele pedisse uma certidão na Prefeitura, não tinha especificação dela, o que se permitia fazer, agradeceu, e era isso que ele queria fazer, e se nem o Executivo dizia o que tinha que ser feito, que se podia fazer numa Zona ZEEM, e disse que era brincadeira isso, era coisa de outro mundo; (houve manifestações na assembléia com palmas). Em votação a Emenda nº 6 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues foi a mesma rejeitada por cinco votos contrários sendo três votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio

Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; Emenda nº 7 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues: que reza: Anexo II – “Descrições dos perímetros das zonas de uso na área urbana” onde se lê “ZEEM – ZONA ESPECIAL DE EXPLORAÇÃO MINERAL”, leia-se “ZONA ESPECIAL”. ZE – 01: - Inicia na rua Maranhão com o rio Camanducaia, daí segue margeando rio acima na extensão de 3.382,00 metros daí deflete à direita com ângulo de 36° na extensão de 470,00 metros, daí segue margeando a estrada municipal JGR 369 daí deflete a direita num ângulo de 81° na extensão de 1.575,00 metros até a rua Maranhão daí deflete a direita e segue margeando a rua Maranhão até a Avenida Antonio Pinto Catão, daí deflete a direita e segue margeando o caminho de servidão, daí deflete a direita num ângulo de 13° até atingir o ponto inicial desta descrição, encerrando esse perímetro uma área de 5.358 km².” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que o problema do Plano Diretor, em tese, ele estava resumido a esta denominação, só, e que voltava a dizer que tudo aquilo que se ventilou por aí, e o que saiu nas Audiências Públicas, era a questão da denominação do local, em se colocando uma Zona Especial de Exploração Mineral, as pessoas que ali residiam, para se fazer qualquer coisa, inclusive o Município, iria ter que pedir uma autorização à Empresa para poder fazer, se quisesse, uma caixa d’água, uma rua, ou qualquer outra benfeitoria naquele local, precisava pedir autorização, como a Prefeitura já pediu, há tempos atrás, para Executar aquela caixa d’água, que existia no morro do Catão, no alto; pediu, então, para que eles imaginassem uma pessoa que morava lá há muito tempo e iria pedir uma destinação para a sua propriedade e iria sair lá, numa certidão da Prefeitura, que era uma Zona de Exploração Mineral, e que esta pessoa não iria conseguir fazer nada nos órgãos ambientais a nível estadual e federal, sem contudo ter a anuência do dono da empresa que explorava a pedreira; disse que isso, realmente, era triste, as formas que eles encontraram só foram possíveis através das mudanças dos nomes, e que ele esperava que os nobres Pares pudessem compreender isso, e eles mudassem do jeito que estava o projeto enviado pelo Executivo, só a denominação, ao invés de ser Zona ZEEM, uma ZE, que era uma Zona Especial, enfim; disse que quis dar na emenda anterior até a caracterização de área, dizendo que ela tinha predominantemente extração mineral, e que não estavam querendo refutar desse compromisso que existia com o local, mas mesmo assim não foi aceito, então, esperava que, pelo menos a denominação do nome conseguissem mudar, ao clamor da maioria da população que estava aí, e que era interessada nas áreas; as pessoas que acompanharam isso, sabiam

disso; agradeceu; (houve manifestação na assembleia com alguns aplausos); a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que disse achar que eles estavam enfrentando, confirmou com o Fred, a última batalha, e que o filho já tinha sido criado, na maioria democrática da Câmara já tinha se criado o filho, o que agora eles estavam pedindo era mudar o nome do filho, por favor, clamou; disse que ela não tinha terra naquela região, e só pedia e que eles se manifestassem, e que já tinha sido criada, e pediu para que mudassem o nome, e não prejudicassem, e iria olhar no olho de cada Vereador, e pediu ao Renê que os ajudassem a mudar o nome, a área não iria mudar agora, eles já tinham aprovado; Edison, Airton, Nalva, Pastor, era só mudar o nome, e assim minimizar o estrago que essas famílias iriam ter, e mais uma vez pediu para que eles mudassem o nome dessa área, e voltou a repetir: o filho já foi criado, e que era apenas para mudarem o nome dele. A seguir, em votação a Emenda nº 7 de iniciativa dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues, foi a mesma rejeitada por cinco votos contrários sendo três votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; a seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, parecer este contrário ao Projeto de Lei nº 019/2011. Tendo recebido parecer contrário, em conformidade com o Art. 102, parágrafo único e Art. 103 do Regimento Interno, o Sr. Presidente colocou para apreciação do Plenário, referido Parecer; em discussão e em votação o Parecer contrário das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, foi o mesmo rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; rejeitado o parecer o Projeto de Lei Complementar nº 019/2011 continuou seu trâmite, onde foi lido o Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes, favorável ao Projeto. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, do Executivo Municipal, que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIX do R.I. cc Art. 42 LOM) Em discussão, pediu a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que iria ser cansativo, e que

sabia que já tinha sido discutido nas duas audiências públicas, foram feitos vários pedidos, naquele dia foi protocolado na Casa para ser votado, para ter uma nova audiência pública para melhor discutir, e que sabia que era cansativo ir ali na tribuna falar, mas que não podia desistir; pediu a compreensão dos nobres Colegas, para que votassem contrários a tal projeto, contrário à Zona ZEEM, para que eles pudessem discutir melhor este projeto, que nem especificado no corpo do projeto estava o que era uma Zona ZEEM; agradeceu, ainda, a todos que vieram nas audiências públicas, trouxeram suas sugestões, seus entendimentos, fazendo com que, não só tecnicamente, mas os tornando mais humanos um pouco; agradeceu, pediu desculpas de algo que ele não pôde realizar, mas disse que isso não era uma derrota, era o começo da vitória deles, no ano que viria, eles podiam ter certeza disso; desejou que ficassem com Deus; (houve manifestações na assembleia com aplausos); a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao Sr. Presidente que era a última fala do ano, e que queria agradecer a todas as pessoas que tinham participado, e que teve audiência que durou oito horas, que foi até às três da manhã, à Polícia, à segurança, os moradores do Município, especialmente, que se respeitasse, naquele dia, o lado democrático dessa votação, e que, realmente, ficavam muitas dúvidas, e talvez, naquele dia, o Governo saísse vitorioso dessa votação, parabenizou ao Líder do Governo, que articulou os votos para ter essa aprovação, eminente aprovação nos próximos minutos, mas, independente de tudo, muitos dos que estavam ali, não estariam contentes, porque a posição política era prática, a posição política era necessária, mas em alguns projetos como aquele, tinham que votar pela Cidade, e que ela não era hipócrita em falar que era sabotagem, disse ao Sr. Presidente, porque há muito tempo extrapolou o lado técnico, ela virou nalguns momentos, uma questão política, do lado A e do lado B; disse que o que não podiam esquecer, que por trás daquela votação, voltava a repetir, estavam definindo o futuro de Jaguariúna; disse que entendia e que queria acreditar que não existissem grandes surpresas nos próximos dias, e que lhe estranhava muito se algum ato fosse aprovado, assinado no dia seguinte, para tentar aprovar algum condomínio, ou algumas coisas nas próximas horas, e que se isso acontecesse, achava que esta Casa tinha tido a responsabilidade, e que quando dizia desta Casa, e aí entrava no lado político, tinha escutado uma senhora falando aí que era a pior Câmara de todos os tempos, e achava que não, e que tinham que levar em conta quem votou a favor e quem votou contra, e que não podiam generalizar, porque ela era sincera, disse ao nobre Vereador e amigo Edison, se um dia faltasse água em sua casa, ela iria na casa dele pedir água, porque eles

tinham que entender que os políticos passavam, as pessoas passavam, e eles ficavam; desejou que tomara Deus que eles não tivessem, naquele dia, naquela Casa, cometido um gafe e um erro irreparável; disse que ficava na esperança, se dirigindo ao Fábio, ao Fred, que isso facilmente, numa nova gestão, num novo Prefeito, poderia ser revertido, e se o tempo fosse pequeno, não teriam tanta tinta para mudar tanto loteamento, e tantas decisões em tão pouco tempo; disse que, independente do que acontecesse, parabenizou a luta, em primeiro lugar, do Fred, do Fábio, dela, que eles não mediram esforços; parabenizou, também, a base do Governo, que se articulou, fazia parte do jogo, mas pediu suas mais sinceras desculpas às pessoas que iriam ser prejudicadas, e que esperavam que no próximo ano, e que falava com a Nalva de longe, naquele momento, teriam grandes decisões políticas: estatutários, celetistas, empresa de ônibus, enfim; parabenizou ao Presidente da Casa, que neste primeiro ano de seu mandato enfrentou uma pauleira muito grande e, realmente, eles esperavam que, no futuro, tivessem aquela participação popular; disse que era difícil e ela sabia que não era hipocrisia, entender ou explicar para alguém o que tinha acontecido naqueles dias, tendo um monte de coisas acirradas, as coisas aconteceram; disse que ela, particularmente, para as pessoas que trabalhavam com ela, iria explicar simples: a democracia; o que aconteceu na Casa naqueles últimos vinte dias, eles gostassem ou não, era a democracia, independente de qualquer outra coisa, e que achava que seu Partido, lá atrás, e eles ali e seus pais na Argentina, eles lutaram vinte, trinta anos contra a Ditadura Militar, para que eles tivessem a oportunidade disso; comentou se aquela decisão ali, agradava ou não agradava, era outra questão, mas eles tiveram a chance de votar, de discutir e ter uma posição democrática; disse que ela, particularmente, iria embora, naquele dia, tranquila com seu voto contrário, pois ela acreditava que não era a melhor coisa para a Cidade, outros viriam, e que o futuro e as urnas, no próximo ano, mostrariam quem estava certo, e quem não estava certo; disse que a única coisa que ela achava e ficava ali seu respeito, era que falando, tudo se arrumava; discutiram ali durante oito horas nas audiências públicas; disse que condenava publicamente, e falou na cara dele, a atitude do Prefeito que marcou com uma Comissão dos Moradores e fugiu, não atendeu aquelas pessoas, e que condenava veementemente esse tipo de atitude; disse que tinham que dar a cara, discutir e aprovar, e que, realmente, era contra àquele projeto, pediu desculpas às pessoas de idade, ou às pessoas normais que estiveram na Casa durante aqueles dez, quinze dias, em meio ao Natal e ao Réveillon, e que ela esperava que o respeito saindo da Casa fosse, e que escutou algumas conversas de alguns Vereadores com policiais, que tal pessoa, tal pessoa, tal pessoa... disse que não

podiam ter represália, nenhum tipo de atitude errada, e que estavam num país democrático, ali eram Vereadores eleitos que votaram, mas, sem dúvida, terminando sua fala, disse ao Sr. Presidente, ela se atrevia a dizer que foi a lei aprovada na Câmara mais esdrúxula, da forma mais irregular, e de uma das formas que mais prejudicava a população da Cidade; disse de deixar ali registrado o seu protesto, reafirmou que seu voto seria contrário, e que as urnas, Deus e o futuro responsabilizassem as pessoas que com sua decisão prejudicaram direta ou indiretamente a Cidade; desejou boa noite e feliz ano novo; (houve manifestações na assembléia com alguns aplausos). A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 019/2011, do Executivo Municipal, que acresce, revoga e dá nova redação a dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências foi o mesmo aprovado por cinco votos favoráveis, sendo três contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues, (houve manifestações na assembléia com alguns aplausos). Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, desejando um feliz dois mil e doze. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri**  
**Presidente**

**Vereador Fábio Augusto Pina**  
**Vice-Presidente**

**Vereador Rubens das Virgens**  
**Primeiro Secretário**

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Segundo Secretário**





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

